

Sarney faz apelo para apressar Constituição

BRASÍLIA — Na segunda de uma série de reuniões, ontem, no Palácio Alvorada, o Presidente José Sarney pediu aos seus Ministros o máximo empenho junto a governadores e parlamentares para acelerar o processo de votação do novo texto constitucional.

Segundo o Ministro da Administração, Aluizio Alves, um dos participantes do encontro, o Presidente Sarney quer que os Ministros ajudem o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, na tarefa de apressar a votação do texto constitucional, para garantir a estabilidade política do País.

O Governo também começou a rever a sua disposição de lutar agora pela inversão da pauta de votação, de forma a decidir prioritariamente o mandato presidencial e o sistema de governo, diante das dificuldades de ordem regimental e da resistência dentro do Centrão.

O Governo, ainda de acordo com o Ministro, entende que a inversão da pauta deve ser interesse prioritário dos que defendem um mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, que não desejariam correr o

risco de ver a eleição inviabilizada pela Constituinte.

— Quem deseja os quatro anos tem mais interesse na inversão porque na hipótese, que o Governo não acredita, de a tese ganhar, ficam ameaçados pelo tempo que a Constituinte levará para votar o resto.

Por essa razão o Governo acha que não deve exercer pressão para inverter a pauta, já que os defensores dos quatro anos são eventuais aliados nessa questão.

— Nós também concordamos em que a antecipação é importante, na medida em que elimina da discussão os pontos mais polêmicos como mandato e sistema de Governo.

Não obstante a afirmação categórica de Aluizio Alves, o Líder Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) teria sido encarregado de intensificar as gestões junto a lideranças da Constituinte com o objetivo de, através de um Projeto de Resolução, viabilizar a inversão da pauta.

Segundo Henrique Hargreaves, Assessor do Palácio do Planalto para Assuntos Parlamentares, as dificuldades maiores estão entre os parlamentares que fazem parte do Centrão.

Telefoto de Gustavo Miranda



Sarney quer logo a nova Carta

Nova força

O PARTIDO Municipalista Brasileiro, desprovido de eleitos e eleitores, ocupou ontem durante uma hora todas as estações de televisão para dar o seu insofrito recado.

O PROJETO de lei que impede esse abuso ao direito dos verdadeiros partidos à propaganda gratuita e esse insulto à paciência dos espectadores ganhou assim novos e fortes argumentos.

PSB baiano ameaça processar a Executiva

SALVADOR — A Comissão Provisória do PSB na Bahia está disposta a recorrer à Justiça se a Executiva Nacional intervir na direção estadual para destituir todos os seus integrantes, a fim de permitir o ingresso da Deputada federal Abigail Feitosa no partido. Abigail deixou o PMDB e pretende candidatar-se à Prefeitura de Salvador pelo PSB, único motivo para seu ingresso na legenda, com o que não concordam os socialistas baianos.

Embora não tenha ainda recebido a comunicação oficial de seu afastamento, o presidente Newton Macedo Campos antecipou que vai impetrar mandado de segurança junto ao Tribunal Regional Eleitoral contra a medida e para impedir o ingresso de Abigail. Ela impôs como condições para entrar no PSB a sua candidatura à Prefeitura e a própria presidência do partido no Estado. Os socialistas baianos rejeitaram essa pretensão, mas numa manobra posterior Abigail filiou-se ao PSB no Rio de Janeiro com o apoio da Executiva Nacional.

Com a destituição de toda a Comissão Provisória regional, Abigail assumiria a presidência do PSB no Estado e poderia candidatar-se à Prefeitura, já que no PMDB, que a elegeu, não encontra espaço para isso.

— Sinto-me mais nauseado do que revoltado com essa imoralidade. Todo o meu projeto de vida foi o Partido Socialista. Por ele fui preso e sofri durante a ditadura — desabafou Newton Macedo Campos, que ingressou no PSB em 1951 e era presidente regional da legenda quando foi preso, em 1964.

Ulysses nega conhecer articulação do Planalto

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que desconhece qualquer articulação do Planalto para que a Assembleia antecipe a votação da duração do mandato do Presidente José Sarney. Os Líderes do PMDB, PFL e PTB acham difícil que se processe qualquer inversão na pauta de votações.

Segundo o Presidente da Constituinte, para que se vote em primeiro lugar o mandato do Presidente Sarney é necessário alterar o Regimento Interno, ou se promover um acordo unânime entre as lideranças partidárias.

— O Regimento estabelece que a votação tem que se dar em ordem crescente, por capítulos, proibindo que qualquer dispositivo seja votado antes. Mas se as forças políticas que atuam na Constituinte entenderem que deve haver alguma mudança, nós vamos procedê-la.

As primeiras propostas para que o mandato do Presidente Sarney e o sistema de governo fossem votados em primeiro lugar partiram dos constituintes que apostavam na vitória do mandato de quatro anos. De-

pois da emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que conseguiu reunir 317 assinaturas favoráveis aos cinco anos de mandato, a ideia de antecipar a votação passou a interessar ao Presidente Sarney.

O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), iniciou ontem consultas aos constituintes para tentar viabilizar a proposta. O Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), admite conversar sobre o assunto, mas acha difícil que a inversão de pauta se concretize.

— Eu estou aberto para negociar. Bastam vir as propostas. Mas não acho que seja a hora de mudar as coisas — afirmou Lourenço.

Para o Líder do PTB, Gasthane Righi (SP), "é absurda a ideia de alterar a ordem de votação na última fase da Constituinte". Gasthane apresentou, no início dos trabalhos da Assembleia, uma proposta para que a Constituinte definisse, antes de qualquer outro tema, o sistema de governo. Segundo ele, o Presidente da Constituinte engavetou seu projeto.

— Agora eu sou contra, porque não adianta mais querer inverter a

ordem. Não vai nos levar a lugar algum — concluiu.

Já o Senador Mário Covas (SP), Líder do PMDB na Constituinte, defende a antecipação da votação, mas apenas para o sistema de governo. Segundo ele, desta definição dependem outros capítulos da Constituição, que poderão ficar prejudicados se a Assembleia não se definir a priori sobre a questão.

— Porém, a ordem em que se vai votar o mandato do Presidente Sarney não tem implicação sobre os demais itens da Constituição. Trata-se apenas de uma definição de oportunidade política.

Para o Senador, o Planalto está tratando a questão do mandato de forma casuística.

— Eles trabalham de acordo com a conveniência. Se acham que vão vencer querem antecipar, se acham o contrário querem protelar — afirmou, acrescentando que acredita que o Planalto está equivocando quanto à vitória dos cinco anos.

Mesmo cético sobre a possibilidade de um acordo de lideranças que altere a ordem de votação, Covas pretende consultar a bancada a respeito.

Ulysses não aprova mas convocará o Diretório

BRASÍLIA — O requerimento de convocação do Diretório Nacional do PMDB para o dia 3, com 41 assinaturas — um terço do Diretório — será entregue ao Presidente do partido, Ulysses Guimarães, na terça-feira, pelos "históricos" e outros filiados de vários Estados.

Ulysses afirmou que continua sendo contra a convocação, mas que está preparado para fazê-la, em obediência ao regimento.

O Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) acha que é cedo para comentar as chances de uma deliberação sobre o rompimento com o Governo ou a duração do mandato do Presidente José Sarney — decisões que exigem a participação de 121 membros do Diretório.

À primeira vista, segundo constituintes do partido, este número parece impossível de se obter, já que mais de 70 por cento dos integrantes do Diretório estão sob a influência de Ulysses.

Opção por sistema confunde eleitores

SÃO PAULO — Uma pesquisa encomendada pela Brasmartek Assessoria de Marketing Político e Merchandising à Fonemídia — empresa especializada em pesquisa por telefone — revelou que 91 por cento dos entrevistados que dizem ser favoráveis ao regime parlamentarista como forma de governo são, na verdade, presidencialistas.

Isso ficou evidenciado quando os que optaram pelo parlamentarismo garantiram preferir escolher seus candidatos por meio de eleições diretas.

A contradição, provocada pelos técnicos da Brasmartek na formulação do questionário, serviu para comprovar o grau de desconhecimento da sociedade em relação ao regime parlamentarista e para pôr abaixo as análises feitas sobre a tese a partir da eleição do Presidente Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 1985.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente por computador, a partir de uma listagem dos números de telefone, tendo por base os prefi-

xos existentes na capital paulista. Após ouvirem uma mensagem gravada, as pessoas foram levadas a responder à seguinte pergunta:

"Qual a forma preferida ou julgada mais conveniente para eleger os dirigentes máximos do País: eleição direta através do voto popular ou eleição indireta através do colégio eleitoral?". Em seguida, a segunda questão: "Por favor, após o sinal diga a forma de governo de sua preferência".

Na faixa etária de 34 a 42 anos, 94 por cento dos entrevistados que optaram pelo parlamentarismo rejeitaram a escolha de seus representantes via Colégio Eleitoral, enquanto 83 por cento manifestaram a mesma posição com idades entre 53 e 60 anos.

O resultado da pesquisa revelou ainda que 2,5 por cento dos eleitores preferem eleições diretas com qualquer regime; 0,5 por cento querem qualquer regime que seja honesto e outros 0,5 por cento consideram que nenhum regime de governo resolverá os problemas do País.

PDT vai intervir no Diretório em Recife

RECIFE — A Executiva Nacional do PDT deverá intervir no Diretório Regional de Pernambuco na próxima semana para tentar acabar com as divergências entre o atual Secretário do Partido, ex-Deputado José Carlos Guerra, e o candidato declarado à Prefeitura de Recife, Deputado estadual João Coelho. A informação é do próprio Guerra, apontado como responsável pela crise.

Guerra argumenta que seria um erro o PDT "dividir as forças populares que se sagraram vitoriosas nas eleições de 1985 e 1986 com as vitórias do Prefeito Jarbas Vasconcelos e do Governador Miguel Arraes", apostando em uma candidatura que na sua avaliação não tem consistência política ou eleitoral.

— Agora que as forças progressistas estão no comando da Prefeitura e do Governo estadual, cabe-nos lutar para manter essa unidade — justificou José Carlos Guerra, que é o Secretário de Obras de Jarbas Vasconcelos na Prefeitura de Recife.